

ENGENHO CAJAÍBA: MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NO RECÔNCAVO BAIANO.

Raimundo Cerqueira Santos¹

E-mail: cerqueira212@gmail.com

Uneb- Universidade Estadual da Bahia,
Pós-Graduação em Estudos Africanos e suas Representações

RESUMO

É possível afirmar que algo, um casarão, monumento físico, se constitua em lugar de memória, vindo à tona lembranças de um passado recente ou distante? Pode-se admitir que um dado monumento se converta em espécie de algo que retroalmente lembranças de um tempo não vivido pelas pessoas do presente? O casarão Cajaíba monumento histórico que se encontra em frente a cidade de São Francisco do Conde, separado da cidade por um canal, foi utilizado como sede de um Engenho para produzir açúcar, ainda no período colonial. O casarão é hoje considerado como monumento histórico, e foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). O seu principal proprietário, o Barão de Cajaíba, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, foi um militar que ingressou na carreira desde criança até se tornar Marechal, e depois Barão, com honras de grandeza. O barão foi também deputado e vice-presidente da província da Bahia. Chefiou o batalhão que resistiu ao movimento conhecido como “A Sabinada”, e teve intensa atuação no período da Independência do Brasil na Bahia, além de ter sido o “senhor de engenho” nos aspectos da crueldade para com os escravos, e virulência em relação aos seus inimigos. As memórias dos atuais moradores da cidade de São Francisco do Conde ainda se referem ao Barão

¹ UNEB- Universidade do Estado da Bahia, Pós-Graduação em Estudos Africanos e suas Representações.
E-mail: cerueira212@gmail.com

30º Simpósio nacional de história. Representações do continente africano, Ensino de História da África no Brasil e Estudos Africanos. Recife -PE, Julho de 2019.

de Cajaíba como um homem cruel no seu relacionamento com os escravos, trabalhadores, seus familiares e inimigos. Pela cidade referida, e na região do Recôncavo, circulam diversas histórias que aludem a crueldade e virulência do Barão, fazendo com o que o mesmo tenha suas memórias refeitas para as novas gerações das cidades desta região. Suas memórias também são associadas ao período da escravidão, e por tabela, ao continente africano, em sua acepção “brasileira”. O casarão e o Barão, nesta perspectiva, seriam tidos como símbolos de um período em que os “africanos” foram transformados em objetos, coisificados, desumanizados e a serviço da produção de açúcar para o país. A proposta do trabalho é analisar os processos históricos, as transformações de territórios em cidades atuais, das origens e sua trajetória com seus monumentos históricos do período do século XIX. A memória enriquece o estudo das relações entre o passado e o presente, pois, conforme Halbwachs “é na história vivida que se apoia nossa memória”. Para este trabalho foram utilizadas fontes primárias do Arquivo Público do Estado da Bahia, memórias de pessoas que vivem na região, bem como revisão de bibliográfica sobre o tema em questão.

Palavras Chave: Engenho Cajaíba; Senhores e Escravos; Patrimônio Histórico.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como finalidade analisar o casarão denominado Cajaíba tendo como objetivo principal narrar sobre o antigo engenho Cajaíba, seus conflitos que ocorreram dentro e em torno do casarão no início do século XIX, um dos mais importantes engenhos do Recôncavo baiano na época, e que hoje transformado em patrimônio histórico e objeto de memória, como representação da identidade de um povo, na relação entre senhores, escravizados e a população de modo geral. Um dos mais importantes patrimônio histórico e cultural de grande riqueza na região, do estado da Bahia e por que não dizer do Brasil, isto porque, foi aqui na Bahia que tudo começou. Em paralelo a isso será analisado os proprietários do citado engenho que foram descendentes de membros da Côrtes Real desde o Governo Geral, Mem de Sá. O casarão do engenho Cajaíba, fica situado em frente da cidade de São Francisco do Conde, próximos às cidades como: São Sebastião do Passé, Candeias, Santo Amaro. Patrimônio de grande valor histórico e social desde o século

XIX, considerado de suma importância para a história e identidade local. O Engenho Cajaíba, que está edificado à margem do canal que separa a ilha à Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde hoje cidade de São Francisco do Conde, casa de relevante interesse arquitetônico. Tombado pelo patrimônio histórico estadual, conforme IPAC.² O casarão foi construído por volta do início do século XIX, e tombado por decreto estadual de nº 9.214/ 2004 em 05.11.2004. Acrescentando como propriedades da mesma família os Engenhos Vanique, engenho São José, o Engenho Itatinguí, Engenho Ladeira, Lagoa e Buranhen todos eles chegando a pertencer à principal família da região, liderado por Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, o barão de Cajaíba por volta da primeira metade do século XIX e início da segunda metade do mesmo.

O período acima proposto foi marcado pelas ações de Alexandre Ferrão como político de grande influência na Corte, militar de atuação marcante, principalmente quando chefiou o batalhão que resistiu ao movimento conhecido como “A Sabinada”, atuação no período da Independência do Brasil na Bahia e também como senhor de engenho. Pretende-se realizar uma análise sobre a trajetória do barão, cujos familiares foram pessoas tradicionais na província da Bahia. A memória oral dos atuais moradores da cidade de São Francisco do Conde preserva o Barão de Cajaíba como um homem cruel no seu relacionamento com os escravizados, com seus trabalhadores assim como os seus familiares. O engenho, ou seja, o casarão Cajaíba, está preservado até hoje, sendo considerado importante patrimônio histórico, tombado pela sua relevância histórica e representação social.

A IMPORTÂNCIA DO ENGENHO CAJAÍBA PARA REGIÃO

A região do Recôncavo onde fica a cidade de São Francisco do Conde, durante o século XIX era caracterizada como grande produtora de cana-de-açúcar, tinha uma elevada densidade populacional, sua economia era baseada na exploração da cana e seus derivados. Monocultura voltada para exportação, com mão-de-obra baseada no sistema escravista. Sua economia era

² IPAC, Instituto de Patrimônio Histórico Cultural

administrada pelo Sistema Capitalista comandado por Portugal. no início do século XIX. Desde os tempos das Capitanias Hereditárias, nessa região foram construídos vários engenhos e no seu entorno foram surgindo várias vilas e cidades e com isso foram construídos vários prédios com estilos arquitetônicos coloniais. As terras conquistadas pelo império português através de guerras travadas contra os índios Tupinambá e os Caetés que viviam nas margens dos rios Paraguaçu e Jaguaribe.

Em 1618, o Conde de Linhares, construiu no alto de um monte, no Recôncavo Baiano, um convento e uma igreja, onde, mais tarde, surgiria a cidade de São Francisco do Conde. Será analisado o Engenho naquela região Cajaíba desde a sua implantação e a trajetória da família tradicional que fora proprietária do engenho e fábrica Cajaíba que continua de pé nos dias atuais. No período a região foi efetivada através do trabalho rural, desenvolvido vários engenhos de açúcar em seu território. Atividade de cunho agrário-exportadora, a cana-de-açúcar situou-se, inicialmente no Recôncavo, região que se mostrou favorável ao desenvolvimento desta plantação, em consequência das terras propícias para esse cultivo, o massapé, além da localização geográfica, com áreas mais próximas do litoral, dada a necessidade do escoamento da produção pelo Porto de Salvador.

Para Pollak, os objetos materiais como monumentos, museus, e bibliotecas são espaços privilegiados porque solidificam as memórias. Assim o papel do patrimônio histórico seria fundamental importância na função de resguardar uma memória predominante. Para Meneses (2009) a interpretação do patrimônio é um processo pelo qual são construídas memórias, mas também a realização de leitura crítica a respeito das mesmas. Nesse sentido a preservação do patrimônio histórico deve cumprir o seu papel de formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo a comunidade e aos indivíduos que integram compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e se situam na contemporaneidade. A memória e identidade é o registro do presente pela memória que contribuirá para projeção do futuro, transformando os indivíduos em sujeitos históricos. Ter consciência é se perceber como um processo contínuo de formação cultural, (HALL, 2006 p. 108). A memória é seletiva depende dos valores individuais no momento histórico e dos interesses do grupo social, (POLLAK, 1989). Segundo (BARROS, 2005), a

História Social, correspondem a recortes humanos de classe e de grupos sociais, sistema que estruturam as diferenças e desigualdades

O patrimônio configura-se como um símbolo de valores que identificam uma sociedade e que ela reconhece como próprio pertencimento com uma dimensão afetiva, por meio de olhares convergentes, que elege um determinado bem, como representativo da sua identidade. Pollak (1992, p.204) também enfatiza que a memória é um elemento constituinte de sentimento de identidade individual, e ou, coletivo, e também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa, de um grupo em sua reconstrução de si próprio.

Com o crescimento da produção de cana-de-açúcar, novas áreas eram anexadas provocando uma reorganização do espaço. Numerosos engenhos destinados ao fabrico do açúcar foram construídos. Segundo KATIA MATTOSO (1992, p. 36), acompanhados por famílias, agregados, escravos negros e lavradores livres ou obrigados, os senhores de engenho fixaram-se no Recôncavo em grande número: São Francisco da Barra do Rio Sergipe do Conde foi o primeiro de vários núcleos populacionais que se formaram.

O cultivo da cana foi utilizado pelos colonizadores como meio de expansão territorial na colônia e da sua formação econômico-social, que se baseava sistema da grande lavoura, com alta concentração de terras, mão-de-obra e rendas, voltado para a produção e exportação do açúcar, integrando-se ao sistema capitalista mercantil vigente na época, estruturando um regime senhorial tendo como unidade socioeconômica e cultural o engenho de açúcar. Acoplado ao comércio e à exploração do principal produto cultivado na região, a cana-de-açúcar, o engenho firmou-se como o principal móvel da ocupação, articulador dos braços da sociedade e ordenador do território ZORZO (2001, p.37).

A escolha do casarão Cajaíba, foi fundamentada na importância do patrimônio histórico, que hoje faz parte do roteiro das visitas turísticas na região da cidade de São Francisco do Conde e da história do Barão de Cajaíba, sempre lembrado e comentado pelos moradores da região e o legado deixado. A importância do Engenho Cajaíba na região do Recôncavo, para Gabriel Soares de SOUZA (1943), que desde o final do século XVI, duas mil famílias portuguesas viviam no Recôncavo e havia mais de quarenta engenhos construídos.

REGIÃO DA CANA DE AÇUCAR

Quanto à questão da concentração de proprietários, entre os séculos XVI e XVII, a Companhia de Jesus despontava como detentora do maior número de engenhos no Recôncavo. Mem de Sá, em 1563, construiu neste território o “Engenho Real de Sergipe”, um dos maiores do Recôncavo e que possuía numerosos escravos para os serviços da lavoura da cana-de-açúcar. Com sua morte em 1572, na cidade de Salvador, e em conformidade com seu testamento, a Sesmaria passa para seu filho Francisco de Sá, vindo este a falecer neste mesmo ano. Após a morte do irmão, D. Filipa, única herdeira, casou-se com Fernando de Noronha, Conde de Linhares e vieram morar no Brasil. Por conta dessa união, o engenho passou a ser cognominado por “Engenho Real de Sergipe do Conde”, ou simplesmente, “Engenho do Conde” (LEITE, 1945). Entre 1828 e 1834, foram fundados 141 novos engenhos. A partir de 1870, houve grandes esforços do Governo Imperial e de seus representantes locais, para promover a modernização açucareira, assumiram a forma de subsídios, para a construção de engenhos centrais e ferrovias (CANABRAVA, 1997).

Ao final do século XIX existiam 323 usinas em funcionamento no Recôncavo, o que demandou maiores investimentos no setor agrícola e em tecnologia, através da utilização de adubos, mecanização e novas variedades de cana-de-açúcar (BRITO, 2004). Buscando amenizar os constantes conflitos entre fazendeiros e usineiros, em 1933, o Governo de Getúlio Vargas criou o Instituto do Açúcar e do Alcool – o IAA, que tinha como função regulamentar suas relações de produção de acordo com (COSTA PINTO, 1958, p. 65).

A unidade Engenho simboliza a representatividade social quanto aos que consideram patrimônio da localidade, a relevância destes para a comunidade sempre será de suma importância. O valor atribuído ao patrimônio é estabelecido desde o impacto causado pela monumentalidade do edifício, em contraste com as construções simples do seu entorno, como também, pela lembrança dos eventos vivenciados pelos moradores mais antigos, se deprimem diante da falta de perspectiva de ver este templo restaurado.

Com objetivo principal de analisar os processos históricos, as transformações sociais, sua trajetória, com seus monumentos históricos e principalmente no período do século XIX. O trabalho e a preservação do patrimônio histórico cultural, bem como refletir sobre a preservação em âmbito nacional. O estudo do patrimônio cultural promove a valorização e a consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço, visto o mesmo possuir significações relevantes por ser parte de sua construção histórica. Busca-se nesse sentido compreender como a ideia de preservação obteve seu desenvolvimento na esfera pública do governo brasileiro.

A pesquisa com os patrimônios históricos, tem objetivos específicos na representatividade com relevância no contexto histórico e social da época e atual para comunidade para o povo da região. Analisar a trajetória da família do Barão de Cajaíba, suas ações, suas influências no ambiente militar e político na região do Recôncavo e na província da Bahia. Seu relacionamento e conflitos com seus trabalhadores, escravos e familiares. Os conceitos históricos e teóricos, segundo Pollak, cita que objetos materiais como monumentos, museus e bibliotecas são espaços privilegiados que solidificam as memórias. Assim o papel do patrimônio histórico seria de fundamental importância na função de resguardar uma memória predominante. Para (MENESES. 2009) a interpretação do patrimônio é um processo pelo qual são construídas memórias, mas também a realização de leitura crítica a respeito das mesmas. Nesse sentido a preservação do patrimônio histórico deve cumprir o seu papel de formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo a comunidade e aos indivíduos que os integram.

REFERENCIAS HISTÓRICAS E TEÓRICAS

Para Pollak, os objetos materiais como monumentos, museus, e bibliotecas são espaços privilegiados porque solidificam as memórias. Assim o papel do patrimônio histórico seria fundamental importância na função de resguardar uma memória predominante. Para Meneses (2009) a interpretação do patrimônio é um processo pelo qual são construídas memórias, mas também a realização de leitura crítica a respeito das mesmas. Nesse sentido a preservação do

patrimônio histórico deve cumprir o seu papel de formador de uma identidade social que leve a um efetivo exercício de cidadania, permitindo a comunidade e aos indivíduos que integram compreender e questionar o contexto em que estão inseridos e se situam na contemporaneidade.

A importância de se preservar o patrimônio sempre foi tida como a de representar o passado das nações. Patrimônio histórico segundo CHOAY (2001, p. 11³). A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum. CHOAY (2001). Escolhe o patrimônio histórico representado pelas edificações entre os bens do incomensurável e heterogêneo, que também pode ser chamado de monumento. O modo de atuação do monumento sobre a memória se dá de modo que ele não apenas mobiliza pela mediação da afetividade de modo que lembre o passado como se fosse o presente. Segundo GONÇALVES (1988, p. 266⁴): Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc

Mesmo não sendo uma releitura do passado, tal como ele se produziu, a memória enriquece o estudo das relações passado/presente, pois “não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória” (HALBWACHS, 1990: 64⁵). Cabe aos historiadores profissionais, como enfatiza Le Goff (1994), pesquisar e trazer à tona esses significados e essa memória, fazendo com que os saberes históricos produzidos através desse estudo possibilitem aos próprios atores sociais se perceberem enquanto produtores e sujeitos da História. A memória comum a um grupo, entendida como memória coletiva, contribui como sugere Michael Pollak, para “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade” (POLLAK, 1989)⁶. A memória só existe a partir do presente, e está sujeito às interpretações dos indivíduos nas conjunturas do momento. (BOSI, Ecléa 1993 p. 283)⁷.

³ CHOAY 2001, p. 11

⁴ GONÇALVES 1988, p. 266

⁵ HALBWACHS, 1990: 64).

⁶ POLLAK, 1989.

⁷ BOSI, Ecléa 1993 p. 283

Teoricamente seguimos o pensamento do historiador, Peter Burke que define a revolução histórica associada à Ranke, segundo ele, “a revolução histórica associada à Ranke era sobretudo uma revolução nas fontes e nos métodos, que deixavam de usar as histórias mais antigas ou “crônicas” substituindo-as pelos registros oficiais dos governos”. (BURKE,2012).

Com citação do historiador (VEYNE, 1983), com sua obra *O inventário das diferenças*, que cita, a história não estuda o homem no tempo, estuda os materiais humanos subsumidos nos conceitos e afirma que a história deve ser o inventário completo dos acontecimentos que são por sua vez individualizados. Autores que contribuem, inspiram e escrevem sobre a escravidão baiana como João José Reis, Walter Fraga Filho foram de suma importância no trabalho, principalmente o capítulo 02, Tensões e Conflitos em um engenho do Recôncavo. Resistência escrava ocorrida no engenho do Carmo que culminou com o assassinato do frei João Lucas do Monte Carmelo.

Para Luis Henrique Dias Tavares e sua História da Bahia, este livro faz parte de um projeto que vem desenvolvendo por muitos anos. Estuda sobre as ideologias e mentalidades com grandes brilhos e equilíbrios. Acompanha o processo de povoamento da região e analisa até os dias atuais. Focaliza a Independência, a República e o Estado Novo. Sobre o achado das terras do Brasil e os europeus na Bahia de Todos os Santos, os escravos africanos e a origem étnica do escravo africano, o comércio de escravos africanos e a escravidão, a cultura afro-brasileira. Luiz Henrique Tavares tece comentários como ocorreram às doações de terras no Brasil, ou seja, sesmarias distribuídas pelos governadores gerais. Seria uma velha forma de ocupação de terra, presente na Roma antiga, existiu na Lusitânia romana e tomou nova dimensão em Portugal durante o reinado de Dom Fernando (1345-1383) quando surgiu para incentivar a produção em terras abandonadas. A sesmaria ganhou outro perfil no Brasil, o sesmeiro tinha direitos que repetiam os dos donatários. Podia requerer sesmaria diretamente ao rei, alegando serviços como fizeram destacados participantes de guerra aos bárbaros. Foi dessa forma que ocorreu a multiplicação de terras de Guedes de Brito e dos senhores da Casa da Torre.

Como fundamentação teórico-metodológica, utilizamos Jaques Le Goff, com seu livro *História e Memória*. O autor sinaliza que, ao fazer a história dos impérios, os historiadores da

antiguidade pensavam fazer a história da humanidade. Os iluministas pensavam estar escrevendo a história do homem. Os historiadores modernos dizem que a história é a ciência da evolução das sociedades humanas. Para Le Goff o que interessa é o lugar que o passado ocupa nas sociedades.

Deveremos utilizar às ideias de Stuart Schwartz, com seu livro *Segredos Internos*, como base no seu estilo de pesquisa que remete à relação de poder entre senhores, lavradores e escravos, a metrópole e seu domínio em terras americanas, a formação da sociedade baiana e brasileira, o uso da substituição da mão de obra escrava indígena pela africana, a importância dos engenhos e do açúcar como instrumentos de desenvolvimento para Salvador e na região do Recôncavo baiano. Além de auxiliar nas pesquisas sobre as atuações dos governadores gerais, nas doações de sesmaria, implantações dos primeiros engenhos na região do Recôncavo baiano. O uso do cultivo da cana como uma das formas encontradas pela coroa portuguesa de expandir o seu império.

Barickman, em *Contraponto Baiano*, o cultivo do açúcar, fumo, mandioca e a escravidão no Recôncavo, esclarecem sobre a importância da economia e da sociedade que se construíam no Brasil nas últimas décadas do século XVIII e a primeira metade do século XIX. A pesquisa de Barickman vai além do Recôncavo e seus engenhos, das dificuldades estruturais do abastecimento de Salvador. Cita também que no século XVIII, nas Vilas de São Francisco do Conde, Santo Amaro e Iguape e nas freguesias de Salvador constituíam os principais centros de produção açucareira no Recôncavo. Aproximadamente 90% dos 221 engenhos que fabricavam açúcar na Bahia, pelo menos metades dessas propriedades próximas à baía pertencia a cerca de vinte famílias que compunha a aristocracia açucareira baiana, que gozavam de grande prestígio social e influência política local. Walter Fraga Filho, na sua obra *Encruzilhada da Liberdade*, traz uma discussão sobre as experiências dos negros, antes e após a abolição, a sua relação com seus senhores antes da abolição, principalmente o episódio envolvendo um padre que o autor recorre a inquérito policial e um processo de homicídios para relatar o assassinato do padre administrador de engenho pelos seus próprios escravos em 1822. Serve de exemplo como ocorreu em 1876, com o filho do barão de Cajaíba em 1876, que foi assassinado pelos seus escravos.

Em *Rebelião escrava no Brasil*. Obra de João José Reis, relata sobre a rebelião escrava na Bahia, em 1835, que trata de análise das rivalidades étnicas e cooperação entre os negros e a ligação

entre a religião e identidade étnica. A rebelião teve repercussão nacional e internacional, temendo que o exemplo baiano fosse seguido pelos cativos cariocas, às autoridades dobraram a vigilância sobre os negros locais, principalmente na corte imperial. Os rebeldes também aumentaram os debates sobre a escravidão e o tráfico de escravos da África.

Em *A Sabinada* de Paulo Cesar Sousa, analisa as transformações ocorridas na Bahia na passagem de capitania da colônia portuguesa à província do império do Brasil, o período entre a Revolução dos Alfaiates e a Sabinada e Guerra da Independência como eixo. Em 1837, O presidente da província da Bahia informou a Corte do Rio de Janeiro sobre boatos de desordens, resumindo, analisa o movimento na Bahia, liderada por Francisco Sabino Vieira. Movimento separatista conhecido como “A Sabinada”. A obra de Paulo Sousa será essencial para inserir um trecho da trajetória do tenente coronel Alexandre Argolo nas suas ações como militar. Renato Berbert de Castro, com o livro sobre os vice-governadores da província da Bahia, cita todos os vices das províncias e as principais atuações dos mesmos, onde se encontra incluído, o Presidente da Província no ano de 1838 e vice-presidente da província da Bahia Alexandre Gomes de Argolo Ferrão por vinte anos

Serão revisadas historiografia da Bahia e do Brasil enquanto província e Império, os historiadores tradicionais baianos e brasileiros, principalmente Walter Fraga, João José Reis, Kátia Mattoso, Stuart Schuartz, e outros historiadores do tema proposto, que pesquisam documentação de fontes primárias, no Arquivo Público do Estado da Bahia, em anais do arquivo público, visitas às bibliotecas públicas e privadas. Pesquisa de campo com visitas a cidade do trabalho proposto, com pretensões de conseguir entrevistas com pessoas descendentes de escravizados do engenho da região citada. Consultas de periódicos, como jornais antigos do século XIX, revistas e revistas eletrônicas na internet e o que for necessário. Trata-se de uma narrativa histórica, baseada em historiografias já existentes, pesquisas em fontes primárias, bibliográficas e história oral, um pouco da história cultural, buscando o resgate da memória de um povo, com ideia de reconstruir a sua própria história e construir sua própria identidade.

Segundo, (PEDREIRA,1984)⁸ que afirma que José Maria era irmão mais velho de Alexandre Gomes, então NOBRE,1994)⁹ contrapõe e conclui que o José Maria Pinna e mello, não era irmão, e sim primo de Alexandre Argolo. que deixou quatro descendentes, inclusive, uma delas era a filha que casou com Alexandre, D. Eudóxia Cândida, nascida em 1816, José Feliciano nascido em 1819, Elisa em 1821 em 1822 Ana 1823 Segundo (NOBRE, 1994). José Feliciano foi o cunhado do Barão, irmão de Eudóxia, esposa do Barão que sofreu um atentado, se fez de morto e conseguiu sobreviver, fugindo para outra região e mudou de nome e sobrenome. José Feliciano foi o avô do autor do livro que contribuiu para esse trabalho (NOBRE, 1994) Ave Cesar, romance histórico.

Quanto ao Patrimônio Cultural, (NOGUEIRA,2007)¹⁰ que menciona sobre inventário e ônio cultural e analisa a necessidade do uso dos inventários como instrumentos de reconhecimento da diversidade cultural. Sobre Alexandre Gomes, utilizamos o inventário do barão que menciona sobre os bens deixado, incluindo quantidade de escravos, os engenhos de sua propriedade, bens pessoais e etc. Com relação a conduta do Barão de Cajaíba principalmente a crueldade de como tratava seus empregados e escravos. Podemos citar um paralelo com outros senhores da época como os membros da família Garcia D'Ávila, narrado por Luís Mott no seu artigo, *Torturas e Heresias na Casa da Torre: Bahia no século XVIII*.(MOTT, Luís). Utilizaremos os arquivos primários da secção judicial da APEB para narrar o assassinato do filho do Barão de Cajaíba, o Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho, pelos seus escravos no ano de 1878, quando foram presos mais de quarenta escravos para serem interrogados.

CRUELDDADE DO BARÃO

Há relatos que um dia um visitante comentou como os seios de uma escrava eram bonitos. Então, para agradar a pessoa, o Barão, ao fim de uma refeição, presenteou o cidadão com os seios da escrava em uma bandeja. Citamos aqui algumas crueldades relatadas pela tradição oral como: que o Barão mantinha a esposa trancada no quarto e que até hoje há dúvidas sobre a morte da

21 PEDREIRA, Pedro Tomás. Instituto Geográfico Histórico da Bahia. Salvador: 1976

⁹ NOGUEIRA,2007

20 NOBRE,1994

esposa que, algumas fontes cita como morte por “Epidemia” Quando o Barão ficava indignado com os escravos, mandava jogar em um poço que continha lanças afiadas que dava direto ao canal. (Tradição oral) Que segundo Wildberger, o barão na sua época era um homem voluntarioso, temido, vingativo e mau. Ainda hoje, quando se fala da ilha de Cajaíba relembra-se com temor os dias em que ali viveu o barão, as malvadezas que cometia, os castigos que ordenava e os temores que existiam.

Quando ocorreu o assassinato do filho do barão, ou seja, (O Barãozinho), em 09 de setembro de 1878, o presidente da Província, recebe um comunicado do delegado da Vila de São Francisco do Conde. Tratava-se da morte do proprietário do Engenho Itatinguí, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho e que se deu em decorrência de estrangulamento, foram recolhidos à cadeia mais de quarenta escravos, inclusive quatro pessoas sobre os quais são suspeitas de terem sido os autores. Na conclusão do inquérito pelo interrogatório, dos escravos implicados no assassinato foram verificados que doze participaram do crime, dezenove pessoas ficaram presas sob responsabilidade da justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alexandre Gomes como militar de carreira, também foi político, Vice-Presidente da Província da Bahia por diversas vezes, chegando a governar a Província por pequeno período em 1838 (CASTRO, 1978). Segundo (WILDEBERGER, 1949), Alexandre Gomes teve uma participação contra A Sabinada, movimento liderado por Francisco Sabino da Rocha Vieira ocorrido em 1837, tendo como governador da Província, Francisco de Sousa Paraiso e o chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins. Em 10 de julho de 1841, Alexandre Gomes recebe o título de Barão de Cajaíba e em 25 de março de 1849, seu título é elevado ao de Barão de Cajaíba com honras de grandeza. Em 1852 foi reformado no posto de marechal de campo por contar mais de 40 anos de bons serviços à pátria, em 1859, agraciado com a comenda de cavaleiro da ordem militar de São Bento de Aviz. Faleceu em 10 de maio de 1870.

Alexandre Gomes teve um filho ilegítimo, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, nascido em 08.08.1821, de uma mulher solteira de nome Felicidade Perpétua. Alexandre Gomes teve um filho ilegítimo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, nascido em 08.08.1821, de uma mulher solteira de nome Felicidade Perpétua. O filho do Barão, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, fez parte da Guerra do Paraguai. Por heroísmo e serviços prestados, recebeu várias medalhas e o título de Visconde de Itaparica Este filho Alexandre faleceu em 23 de junho de 1870 (PEDREIRA, 1976).

Conforme o inventário de Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, cita que o barão deixou em torno de 227 pessoas escravizadas sendo que, 127 são homens, deste 27 são crianças e jovens até 16 anos. Eram 100 mulheres, sendo que 27 são crianças e jovens até 16 anos. Os escravos abrangem os engenhos Cajaíba Itatinguí, Vanique, Ladeira e Buranhen. A maioria dos escravizados eram Crioulos, depois vem africanos e Cabinda.

Devemos chamar a atenção que o autor do livro, Ave Cesar, (NOBRE, 1994) romance histórico descendente (Neto) de José Feliciano que foi cunhado de Alexandre Argolo e irmão de D. Eudoxia Cândida. Feliciano sofreu um atentado e sobreviveu quando se fez de morto e fugiu para outra cidade e mudou de nome e sobrenome quando ainda jovem, construiu família e o Neto Yvan Nobre resolveu pesquisar a família e publicar o livro “Ave Cesar”.

REFERÊNCIAS

APEBA, Seção Judiciário. **Correspondência da Secretaria de polícia para o Governo da Província**, de 1878-1879, Assassinato de Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho, maço 3139-58, realizado em 03.09.1878.

REIS, João José, **Rebelião escrava no Brasil**. São-Paulo: Campanhia das Letras,2003

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. **A Batalha de Pirajá**. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 08 de nov. 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

ARQUIVO PÚBLICO da Bahia, **Inventário de Alexandre Gomes de Argolo Ferrão**. Seção Judiciário, Doc. 1870.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009.

AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. **Recôncavo**: território, urbanização e arquitetura.

BARROS, José D'Assunção. **Campo histórico**, considerações sobre especialidades na história contemporânea. V. 9, nº 03 setembro/dezembro de 2005

BERICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano**, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1780-1860). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATISMO, Relação de. **Igreja matriz de São Gonçalo da Vila de São Francisco do Conde**, Ba; familysearch.org/search/image, acessado em 10.10.2014.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 3ª Ed. São Paulo: Unesp, 2012.

CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (Orgs.) **Baía de Todos os Santos**: aspectos humanos. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 205-52.

CASTRO, Renato Berbert de. **Os Vices- Presidentes da Bahia**. Salvador: fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Campanhia das Letras São Paulo, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DIAS, Maria da Graça Andrade. **Memórias e Existências**: identidades e valores representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia / Maria da Graça Andrade Dias. – 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERT, Verena (Orgs) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz/ Casa de Oswaldo Cruz, CPDOC- Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhada da Liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Unicamp, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque. **A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial**. São Paulo: Difusão do livro, 1960

INVENTARIO de proteção do acervo Cultural do IPAC. **Patrimônio histórico do Recôncavo baiano**. <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br> acessado em 08.05.2014

JORNAL, **O Novo Diário da Bahia**, 30 de novembro de 1837, pagina 01. APEB, Salvador.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

MATA, Raimunda Santos da, **Entrevista** em 17.10.2013, São Francisco do Conde-BA.

MOTT, Luiz. **Inquisição & Sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2010

NOBRE, Yvan. **Ave Cesar**. Romance histórico. Editora. 1994

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos engenhos**. Salvador: Bigraf, 1996

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Memória Histórico - Geográfica de São Francisco do Conde**. Salvador: Press Color, 1984.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Instituto Geográfico Histórico da Bahia**. Salvador: 1976

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, João José, *Negociação e conflitos: a resistência negra no Brasil*. S. Paulo: Camp.das letras, 2005.

ROGER, Bastide. **Brasil terra de contrastes** São Paulo: Sifel, 1975.

SCWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, (1550-1835) São Paulo: Campanhia das Letras, 1988.

SILVA. Ronaldo Lucas. **A sabinada e a república bahiana** (1837-1838) Trabalho apresentado no 36º Congresso de História Militar – Amsterdan – 2010. SILVA, Kalina Vanderlei e MACIEL Henrique Silva. *Dic.de conceitos históricos*. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado Descritivo do Brasil** em 1587. São Paulo: Nacional, 1987.

SOUSA, Paulo Cesar. **A Sabinada**: a revolta separatista da Bahia 1837. São Paulo: Brasil, 1987.

SOVERAL, Manuel Abranches. **História e Genealogia**. 2005,
<http://www.soveral.info/mas/Argollo.htm> acessado em 13.05.2014

TAVARES, Luis Henrique Dias, **História da Bahia**, São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

WILDEBERGER, Arnold. **Os Presidentes da Província da Bahia**. Tipografia Beneditina Ltda. Salvador 1949.

ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovias e Rede urbana na Bahia**: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste baiano. Feira de Santana: UEFS, 2001.